

O ORÇAMENTO E A ADMINISTRAÇÃO DOS TRIBUNAIS^{1*}

Rêmo Letteriello

RESUMO

Expõe que a partir da CF/88 não mais vige o princípio relativo ao equilíbrio orçamentário e que, num país de grandes desequilíbrios como o nosso, torna-se impossível que a previsão orçamentária corresponda às necessidades reais do Poder, ao longo de todo o ano.

Examina a experiência do Mato Grosso do Sul na administração do Tribunal de Justiça, onde foi criado o Fundo Especial para a Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, demonstrando os aspectos favoráveis desse trabalho para o Estado.

Alerta para o fato de que não basta a implantação de sistemas que permitam um maior aproveitamento de recursos se não houver continuidade numa administração seguinte. Por isso, defende a necessidade de o Judiciário adotar um plano plurianual orçamentário, vinculativo à atual e futura Administração, por pelo menos quatro anos.

PALAVRAS-CHAVE

Constituição Federal; orçamento; administração; Poder Judiciário; autonomia administrativa.

O orçamento, derivado inequivocamente de lei, segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho, *é ato pelo qual se prevê a arrecadação da receita e se autoriza a aplicação desse produto em despesas discriminadas, durante certo período*¹, ou, na acepção criada por Pontes de Miranda, *é a conta da receita e da despesa de entidade política, União, Estados-membros, Município, feita em quadros e verbas, para período futuro, que é de um ano*².

É o orçamento público, assim, um programa de previsão, para determinado período, de todos os recursos que o Estado é autorizado a arrecadar e de fixação de quantias que, em igual período, ele pode normalmente despendar com a execução de seus serviços.

Tem ele um ciclo, consistente em avaliação, elaboração, apreciação, aprovação e execução.

Na fase de elaboração, fixam-se os objetivos concretos para o período, bem como o cálculo dos recursos humanos, materiais e financeiros, necessários à sua materialização e concretização.

Na fase de apreciação, examinam-se todos os elementos componentes do orçamento, mediante discussão interna no âmbito dos Poderes e, em seguida, o seu envio ao Executivo, que o encaminhará à Assembléia Legislativa para aprovação.

Com a aprovação, constituindo-se em lei, passa-se à fase de execução, segundo os elementos nele contidos.

Objetivando assegurar a plena autonomia e real independência do Poder Judiciário, a Constituição Federal estabeleceu em seu art. 99, § 1º, que serão os tribunais quem *elaborarão*

suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

Plano de conjunto com os demais Poderes, o orçamento deve conter a previsão dos custos para a manutenção do funcionamento do Poder Judiciário, desde suas mais básicas necessidades, como aquisição de materiais de mero expediente, passando pelo pagamento de pessoal, chegando às obras e investimentos de ampliação de sua estrutura.

Elaborada a proposta orçamentária pelo Tribunal de Justiça do Estado, enviada ao executivo e convertida em lei pelo Legislativo, nos termos do ciclo antes mencionado (Lei Orçamentária Anual – Constituição Federal, art. 165-III e art. 165, § 5º, I) deve ser cumprido pelo Executivo, posto que se trata, como bem lembrado por Aliomar Baleeiro, de um “ato-condição”³, que certamente cria uma vinculação para o Chefe do Executivo Estadual, o qual não tem a prerrogativa de querer deixar de cumprir com o repasse dos valores atribuídos a cada um dos Poderes, dentro da previsão orçamentária.

A Constituição Federal, ainda, em seu art. 168, para completar a trilogia que finca raízes e evidenciar a plena autonomia financeira do Poder Judiciário, única forma de garantir sua real independência frente aos demais Poderes, veio estabelecer que *os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.*

Já se definiu na doutrina que esse dispositivo legal é de eficácia plena, auto-aplicável, não estando a depender da edição da lei complementar referida pelo art. 165, § 9º, da Carta Constitucional, como se verifica desta passagem do escólio de J. Cretella Júnior:

*Mesmo que a lei complementar, referida pela regra jurídica constitucional do art. 165, § 9º, não seja promulgada, nem por isso ficará comprometida ou ameaçada a autonomia do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, pois, assim que entrou em vigor o texto da Constituição de 1988, o art. 49, VII e VIII e o art. 99 passaram a ter eficácia no mundo jurídico, porque são auto-aplicáveis, sem necessidade de regulamentação, cabendo à lei, mencionada no art. 165, § 9º, I e II, tão-só o traçado das coordenadas, pois a autonomia já se encontra sobejamente garantida, ao Judiciário, pelo diploma constitucional vigente*⁴.

No mesmo sentido é a opinião de Ives Gandra Martins, acentuando que a lei complementar irá apenas *dar parâmetros, mas não criará autonomia, amplamente assegurada pela Constituição atual ao Poder Judiciário*⁵.

A Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul, como de resto a dos demais Estados da Federação, como não poderia deixar de ser (sob pena de ficar marcada pelo estigma da inconstitucionalidade), também assegura autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, porquanto seu art. 110, § 2º, está assim disciplinado:

Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e es-

* Texto produzido pelo autor, baseado em conferência proferida no 1º Congresso Brasileiro de Administração da Justiça, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, de 6 a 8 de dezembro de 2000, em Brasília-DF.

peciais, ser-lhes-ão repassados em duodécimos até o dia 20 de cada mês, corrigidas em parcelas na mesma proporção do excesso de arrecadação apurado em relação à previsão orçamentária.

A dotação orçamentária, como se vê da doutrina de Hely Lopes Meirelles, é *parcela do crédito orçamentário fixado para a execução de um programa governamental, vinculada a determinado elemento de despesa, em conformidade com a classificação legal*⁶.

Tal repasse, nos termos da Constituição Federal, complementada pela Constituição Estadual, sem sombra de qualquer dúvida se constitui numa regra geral *condicionante dos outros tipos de autonomia*, de tal forma que *se ao Poder Executivo cabe a distribuição dos recursos, aos outros dois Poderes, a falta de autonomia financeira do Poder Judiciário e do Poder Legislativo poderá comprometer, em grau maior ou menor, o desempenho das respectivas funções*⁷.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Mato Grosso do Sul, nos últimos anos e sem modificações, vem estabelecendo que a dotação orçamentária para o Poder Judiciário é fatia correspondente a um limite percentual da receita corrente do Estado de 8,10% do orçamento anual.

Vem definindo a mesma lei, ainda, o que se deve entender por receita corrente do Estado, ou seja, *a receita do Tesouro, deduzidas as operações de crédito, as transferências constitucionais aos Municípios e as transferências da União, exceto as provenientes do Fundo de Participação dos Estados – FPE*.

Outrossim, vem sendo reafirmada pela lei, como não poderia deixar de ser, sob pena de pecar pelo vício da inconstitucionalidade, a regra constitucional de repasse do duodécimo até o dia 20 de cada mês, *aplicando-se os limites percentuais estabelecidos neste artigo sobre a Receita Corrente do Estado, efetivamente arrecadada no mês anterior ou dividindo-se o total orçamentário por 12 (doze), prevalecendo o que for maior*.

Finalmente, a lei vinha estabelecendo, ainda, que se houvesse diferença *apurada entre o valor repassado e o valor devido, serão automaticamente compensadas no mês subsequente, após a devida correção*.

E aí começam os problemas da administração dos tribunais.

Nós, juízes, sempre fomos talhados para sermos juízes, não para administrar, com raras exceções daqueles que já têm no sangue o timbre administrativo.

Nós, juízes, sempre fomos
talhados para sermos
juízes, não para
administrar, com raras
exceções daqueles que já
têm no sangue o timbre
administrativo.
Parece-me claro, nesse
ponto, o grande
descompasso que existe
entre o juiz, que pretende
administrar, e o
administrador no Poder
Executivo, escolhido para o
cargo pela alta
competência na área
administrativa (...)

Parece-me claro, nesse ponto, o grande descompasso que existe entre o juiz, que pretende administrar, e o administrador no Poder Executivo, escolhido para o cargo pela alta competência na área administrativa, muitas vezes com cursos de mestrado e doutorado na área, inclusive no exterior, o que aumenta o fosso quase abissal que já existe naturalmente entre o administrador no Judiciário e o administrador daquele outro Poder.

No Mato Grosso do Sul, procurou-se superar tais dificuldades mediante a adoção de duas medidas, basilares para qualquer administração: primeira, transformou-se a antiga Diretoria de Finanças em Secretaria de Finanças, com estrutura própria, pessoal qualificado para o desempenho das funções, com setores bem determinados para o desempenho das respectivas funções, sob o comando de uma Secretária de Finanças, com conhecimento específico na área.

Em segundo lugar, para suprir as deficiências e falhas ainda existentes, o Tribunal de Justiça contratou uma empresa especializada em auditoria e finanças públicas, dirigida por profissional que já ocupou inclusive altos

cargos administrativos dos governos anteriores, que acompanha mês a mês a arrecadação do Estado.

Essa empresa vem assessorando a Presidência do Tribunal em projetos importantíssimos e indispensáveis para a boa administração, sendo ouvida e consultada em todos os atos administrativos que possam envolver a questão relativa à aplicação do orçamento, trabalhando em conjunto com a Secretária de Finanças.

Com isso, esta Presidência está suprimindo as deficiências que são naturalmente encontráveis naquele que tem o encargo de administrar, mas que necessariamente não é formado em administração, como é o caso deste Presidente.

A exemplo do que com certeza também acontece em outros Estados da Federação, no Mato Grosso do Sul há tempos que o repasse do duodécimo pertencente ao Poder Judiciário é feito de forma incorreta, uma vez que o Governo do Estado ora vem repassando o duodécimo de acordo com a arrecadação líquida mensal, o que é absurdo, além de ser por ele editada e sem qualquer controle dos outros Poderes, ora o faz sem levar em consideração os excessos de arrecadação, que aumentam o valor devido ao Poder.

O excesso de arrecadação é o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a receita realizada e a prevista, considerando-se, ainda, a tendência do exercício e deve compor o bolo orçamentário, para fins de entrega do numerário correspondente ao Poder Judiciário.

A Assessoria administrativa do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, antes mencionada, acompanha mensalmente essa arrecadação e fornece elementos valiosos e indispensáveis para que possa ser exigido do Executivo o repasse da diferença existente, notadamente no que diz respeito ao excesso de arrecadação, previsto em nossa Constituição Estadual.

O repasse do duodécimo em valor menor que o devido, o que normalmente acontece, porque o Executivo se julga detentor da titularidade dessa verba, o que não é verdade, gera praticamente o caos administrativo.

Não vou me referir, aqui, ao indubitado comprometimento que esse fato acarreta na independência dos Poderes.

Mas, dentro da visão exclusiva do administrador, tais circunstâncias praticamente inviabilizam a administração e a governabilidade do Poder quando o Executivo, abusivamente, descumpra os preceitos da Constitui-

ção Federal e repassa valores menores que os devidos ao Poder Judiciário e, pior, fora do prazo regulamentar.

É remansoso em Direito Constitucional que *o texto constitucional vigente assegura a autonomia absoluta de cada um dos Poderes, sem ingerência indebita*⁸.

O Supremo Tribunal Federal já deixou apostrofado que *é por demais sabido que uma das maiores pressões que pode sofrer qualquer órgão é a econômica. Ao elaborar-se uma constituição deve-se procurar resguardar os Poderes Legislativo e Judiciário de tal tipo de pressão; deve a Carta Magna dispor sobre a entrega de numerários àquelas Casas* (DCN de 07/01/67, p. 99) – excerto do voto do relator, Min. Octávio Galotti.

Para se assegurar a governabilidade do Poder, o repasse não pode deixar de ser feito, no mínimo, de acordo com a previsão orçamentária anual e suas respectivas suplementações, se necessárias, como previsto na Constituição Federal.

No caso do Estado de Mato Grosso do Sul, o repasse vem sendo feito de acordo com arrecadação líquida mensal, o que é absurdo e teratológico e sem levar em consideração, ainda, o excesso de arrecadação, que deve compor o bolo orçamentário, para fins de entrega aos demais Poderes de sua parcela relativa ao duodécimo.

Tão absurda é tal forma de repasse, que basta comparar esses dados, fornecidos pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, até agosto de 2000, levantados pela assessoria administrativa:

Valor a que tinha direito ser recebido, de acordo com o orçamento anual: R\$ 69.575.166,60

Valor recebido, de acordo com a arrecadação líquida, fornecida pelo Estado: R\$ 58.717.640,90

Diferença existente *pro* Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul: R\$ 10.857.525,70

A diferença apontada, parcela que deixou de ser recebida pelo Poder Judiciário até o mês de julho de 2000 e apenas neste exercício, certamente é ato que se constitui em forma de ferir a independência do Judiciário, já que, lembre-se, *a autonomia financeira é condicionante dos outros tipos de autonomia*, inclusive e notadamente a independência funcional.

Muito embora tenhamos previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deve prevalecer, para fins de repasse do duodécimo estabelecido nas Constituições Federal e Es-

tadual, o maior valor, comparado entre a *receita corrente do Estado* e a previsão orçamentária anual dividida por 12, tal na realidade não vem ocorrendo, o que penso também deva ocorrer em outros Estados da Federação, como se constata da verificação do quadro de repasses acima indicado, gerando déficit que compromete seriamente a função estatal relativa à prestação jurisdicional e a própria atividade administrativa do tribunal junto aos seus juizes, servidores e prestadores de serviços.

Porque brilhante, deve ser trazido à colação, excerto do voto do Ministro Celso de Mello, no Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do mandado de segurança *in verbis*:

A norma inscrita no art. 168 da Constituição reveste-se de caráter tutelar, concebida que foi para IMPEDIR O EXECUTIVO DE CAUSAR, EM DESFAVOR DO JUDICIÁRIO, do Legislativo e do Ministério Público, UM ESTADO DE SUBORDINAÇÃO FINANCEIRA QUE COMPROMETESSE, PELA GESTÃO ARBITRÁRIA DO ORÇAMENTO – ou, até mesmo, pela injusta recusa de liberar os recursos nele consignados –, a própria independência político-jurídica daquelas Instituições.

(...) O tema suscitado pela presente impetração remete à questão do autogoverno da Magistratura, que constitui um dos mais expressivos princípios fundamentais inerentes à organização do Poder Judiciário. Trata-se de postulado constitucional destinado a assegurar o self-government aos Tribunais Judiciários do País, objetivando garantir-lhes – e a todo o corpo judiciário nacional – o necessário grau de independência institucional, em face dos demais poderes do Estado.

(...) A questão do judicial self-government constitui – é até dispensável mencioná-lo! – um dos pontos mais delicados no tema da divisão dos Poderes. Tem ela sido enfatizada, quer na jurisprudência dos tribunais, quer na doutrina constitucional, como um dos elementos fundamentais, verdadeiro punctum saliens, da própria independência do Poder Judiciário.

(...) O comando emergente do preceito inscrito no art. 168 da Constituição, que impõe ao Poder Executivo o dever de entregar ao Legislativo, ao Judiciário e ao Ministério Público, até o dia 20 de cada mês, os recursos correspondentes às dotações orçamentárias que lhe são devidos, “traduz uma irrecusável garantia instrumental destinada a dar concreção efetiva ao princípio constitucional da autonomia financeira de que gozam aqueles órgãos do Estado”.

Destinatários da tutela constitucional em questão são o Poder judiciário, o Poder Legislativo e o Ministério Público, em cujo benefício foi instituído, pela Carta Política, um DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO, OPONÍVEL AO PODER EXECUTIVO, destinando a assegurar-lhes pelo pontual repasse governamental de recursos orçamentários a eles afetados – a normal execução de suas atividades e o regulamentar desempenho dos seus serviços.

A norma inscrita no art. 168 da Constituição reveste-se de caráter tutelar, concebida que foi para impedir o Executivo de causar, em desfavor do Judiciário, do Legislativo e do Ministério Público, um estado de subordinação financeira que compromettesse, pela gestão arbitrária do orçamento – ou, até mesmo, pela injusta recusa de liberar os recursos nela consignados – a própria independência político-jurídica daquelas instituições.

“O Poder Executivo, cuja posição de supremacia político-institucional traduziu indiscutível realidade constitucional no regime anterior, não é, a toda evidência, o gestor dos recursos orçamentários destinados aos Tribunais, qualquer que seja a esfera de governo – Federal ou Estadual – em que se situe.

A Constituição, ao estabelecer um sistema de poder limitado, e ao admitir a possibilidade dos controles recíprocos entre os Poderes do Estado (checks and balances), não desejou embaraçar qualquer deles no desempenho de suas atribuições.

A posse da autonomia, pelos tribunais, constitui um natural fator de limitação dos poderes dos demais órgãos da soberania estatal. A dimensão financeira da autonomia constitucional do Poder Judiciário responde – pela instrumentalidade de que se reveste – à necessidade de assegurar aos tribunais a plena realização dos fins para os quais foram eles instituídos.

Sem dispor de capacidade para livremente gerir e aplicar os recursos orçamentários vinculados ao custeio e à execução de suas atividades, o Poder Judiciário nada realizará. Daí a regra imperativa do art. 168 do texto constitucional, que impõe ao Poder Executivo, de modo inderrogável, a obrigação incondicional de promover, até certa data, o repasse dos (...) recursos correspondentes às dotações orçamentárias compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados (...)”, dentre outros órgãos estatais, ao Poder Judiciário”.

A infidelidade do chefe do Executivo à determinação constitucional em análise, evidenciada a partir do descumprimento de quanto nela se

contém, pode, em tese, uma vez tipificado esse comportamento em lei, configurar, até, crime de responsabilidade (CF, art. 85, II e VI), apto a legitimar a desqualificação funcional daquele agente político, seja ele o presidente da república ou um governador de estado⁹.

Assim, é inadmissível que presidentes de tribunais, chefes de Poder, tenham de ficar “garimpando” junto às Secretarias de Fazenda de seus Estados, os recursos necessários para assegurar a autonomia do Judiciário.

Se se admitisse que o repasse do duodécimo pudesse ser feito com base na arrecadação líquida mensal do Tesouro Estadual, com o expurgo de valores que dela deva constar, haveria franco prejuízo para os demais Poderes.

Basta ver que no mês em que o Executivo resolvesse, por questões alhures (notadamente as de cunho político) conceder moratória dos tributos estaduais, burlando a lei de responsabilidade fiscal, ou não incentivar o pagamento de tributos mediante uma fiscalização séria, honesta e competente, ou ainda isentar determinados setores da economia do pagamento do tributo, não haveria recursos suficientes para a sustentação dos outros Poderes, o que é mesmo teratológico.

Por outras palavras, no mês ou meses em que o governo estadual permitisse a queda da arrecadação, pelos mais variados motivos, o Judiciário deixaria de ter o repasse do duodécimo, que deve ser, no mínimo, o correspondente à previsão orçamentária e fatalmente estaria comprometida sua administração, governabilidade e real independência frente ao Poder Executivo.

Sabendo o governo estadual que a norma constitucional federal está em vigência é de aplicabilidade imediata, não pode o Chefe do Executivo, detentor efetivamente de uma certa supremacia em relação aos demais Poderes – porque está encarregado de arrecadar e distribuir os recursos da dotação orçamentária às entidades previstas no art. 168 da CF – querer se escudar na suposta falta de recursos para fazer o repasse do duodécimo ao Poder Judiciário.

Caso não o faça, estará cometendo crime de responsabilidade e sujeito à sua desqualificação funcional, vale dizer, à intervenção federal e eventualmente até à perda do cargo, por crime de responsabilidade, porque o ato se reveste de afronta aos outros Poderes, com ferimento pleno de sua autonomia e real independência.

O Poder Judiciário, sabidamente, não só entrega a prestação jurisdicional. Também administra, praticando diversos atos como o pagamento de salários dos magistrados e servidores, nomeações (...) demissões, outorga de licenças, férias, adicionais (...) ajudas de custo, aquisição de material permanente e de consumo, construção e reformas de prédios de fóruns etc, atos administrativos esses que implicam, sempre, o aumento das despesas do próprio Poder.

Detendo o Tribunal de Justiça o direito público subjetivo, pode (e deve) exercer o direito de exigir o repasse, incondicionalmente, não havendo previsão no ordenamento jurídico constitucional de causas impeditivas de tal repasse na data prevista.

E o direito público subjetivo diz respeito ao direito de exigir na data certa o repasse do duodécimo de acordo, no mínimo, com a previsão contida no orçamento anual. Somente se a arrecadação mensal for superior à previsão é que poderá haver diferença, sempre para maior, nunca para menor, o que compromete seriamente o desempenho de suas respectivas funções.

O Poder Judiciário, sabidamente, não só entrega a prestação jurisdicional. Também administra, praticando diversos atos como o pagamento de salários dos magistrados e servidores, nomeações (destinadas a atender à evolução das necessidades do Poder, mediante o preenchimento dos cargos criados por lei); demissões, outorga de licenças, férias, adicionais (estes, aumentam vegetativamente a folha em cerca de 1,2% ao ano), ajudas de custo, aquisição de material permanente e de consumo, construção e

reformas de prédios de fóruns etc, atos administrativos esses que implicam, sempre, o aumento das despesas do próprio Poder.

Se no ano anterior é feita uma previsão dos gastos do Poder Judiciário, que são incluídas no orçamento anual, pode ocorrer (como costumeiramente ocorre) que essa previsão seja insuficiente para atender à real demanda de sua estrutura e funcionamento.

Daí porque o legislador constituinte, sabidamente, estabeleceu que o repasse do duodécimo deve ser feito de forma a compreender os créditos suplementares e especiais.

J. Cretella Júnior, na obra antes mencionada, salientou que *o orçamento dirá o que pode ser gasto, sendo necessária a abertura de crédito para cobrir a quantia que ultrapassar o limite, orçado como despesa*, nela devendo ser incluída a despesa do pessoal.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado do Mato Grosso do Sul prevê em seu art. 5º que *as despesas de custeio do próximo exercício, em relação às estimadas no presente exercício, não poderão ter aumento superior à variação do índice de inflação, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas atribuições recebidas*.

Aqui deve ser feita uma primeira observação, relativa ao fato de que a partir da edição da Constituição de 1988 não mais vige o princípio que marcou o Direito Constitucional anterior, relativo ao equilíbrio orçamentário.

A tal respeito preleciona José Afonso Da Silva que *conseguir o equilíbrio anual se afigurava coisa impossível, e porque aspirar a ter nivelado o orçamento anualmente, tanto nos anos bons como nos anos maus, originaria grandes flutuações nos programas governamentais de gastos, seguidas de variações muitas vezes perturbadoras nas alíquotas dos tributos, agravando as flutuações da atividade econômica privada, com todas as implicações. A doutrina moderna concebeu outros princípios, com fundamento na análise dos ciclos econômicos, firmando a premissa básica de que não é a economia que deve equilibrar o orçamento, mas o orçamento é que deve equilibrar a economia, levando em conta que a tributação e os gastos públicos constituem mecanismos básicos da POLÍTICA COMPENSATÓRIA, que às vezes requer uma política de déficits fiscais, outras vezes a sua contenção*¹⁰.

E culmina por admoestar, o erudito constitucionalista:

Não se pode examinar com uma mente clara e livre de preconceitos – adverte Hansen – a validade de um programa de gastos, empréstimos e impostos, se estivermos sob a influência do dogma de que o orçamento deve estar em equilíbrio.

A segunda observação diz respeito ao fato de que, num país de grandes desequilíbrios, ora com a inflação em níveis elevadíssimos, ora em níveis baixos, mas com franca contenção do crédito pelo Governo Federal, que gera recessão, é mesmo impossível que a previsão orçamentária inicialmente feita seja exata e correspondente às reais necessidades do Poder, ao longo do ano em curso, principalmente porque, em se tratando de um Poder, é necessária a ocorrência de investimentos, os mais variados, não se podendo descartar que são investimentos, na área do Judiciário, o *incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas atribuições recebidas*, como contido no art. 5º da L.D.O., antes referida.

Dai porque a Constituição Federal estabeleceu que no orçamento devem ser incluídos *os créditos suplementares e especiais*, os quais dependem de *prévia autorização legislativa com indicação dos recursos correspondentes* (CF, art. 167, V).

O crédito especial, na acepção do sapiente Manoel Gonçalves Ferreira Filho, é *destinado a atender despesas para as quais não tinha sido prevista qualquer dotação orçamentária*¹¹, enquanto que o crédito suplementar vem com o *objetivo de reforçar dotação orçamentária específica*.

Ora, a partir do instante em que se cristaliza a insuficiência do orçamento anual, é necessária sua suplementação, quer como crédito especial (para despesas não-previstas) quer como crédito suplementar (para reforço de determinada dotação orçamentária).

Se se trata de suplementação para atender ao pagamento das despesas com pessoal, em decorrência da superveniência de lei que venha conceder aumento, mesmo que haja excesso nos limites contidos no orçamento, terão os funcionários e serventuários do Poder, de modo amplo, geral e irrestrito, o direito de receber imediatamente, não podendo haver escusas do governo estadual no repasse respectivo, posto que, como acentuado por J. Cretella Jr., *os funcionários, nem por isso, deixarão de receber o estipêndio, cuja natureza é alimentar, caso em que o Chefe do Poder Executivo, não podendo de imediato mandar pagar, solicitará ao Poder Legislativo a votação urgente de verba ou crédito*¹², e, a duas, como

reverberado por Manoel Gonçalves Ferreira Filho, na obra antes citada, o crédito especial ou suplementar pode ser obtido do *superávit financeiro* do exercício anterior ou do excesso de arrecadação. Se não houver nem um nem outro, deve provir da *anulação total ou parcial de dotações orçamentárias, do produto de operações de crédito autorizadas*, de sorte que, de qualquer forma, a necessidade basilar do funcionalismo público seja atendida, mediante o pagamento dos salários, verba nitidamente alimentar, que não pode deixar de ser entregue ao respectivo poder, mediante repasse do duodécimo em valor suficiente para fazer frente às suas necessidades, sob pena de, aí, também, ocorrer o cometimento do crime de responsabilidade do chefe do executivo estadual, nos termos do art. 85, inc. II e VI da Constituição Federal.

Infelizmente, no Brasil não é isso o que se verifica. Basta aferir o pensamento do sempre atual Dalmo de Abreu Dallari, sobre a questão orçamentária, quando de forma percucente e até perturbadora o ilustrado mestre expõe que:

*Um sinal claro do desrespeito é o tratamento dispensado ao Poder Judiciário em matéria orçamentária. Em primeiro lugar, a parte do projeto de lei orçamentária relativa ao Judiciário, que este prepara e remete ao Executivo para integrar o projeto geral do Estado, normalmente sofre cortes, às vezes substanciais, como se as despesas ali previstas fossem supérfluas ou adiáveis. São raros os Estados em que isso não ocorre. Por esse motivo é crônica a falta de recursos para descentralização do Poder Judiciário e aperfeiçoamento de seus serviços burocráticos. E depois de aprovada a lei orçamentária, não existe, de parte dos chefes de Executivo de modo geral, a preocupação de entregar prontamente a parcela dos tributos a que a ele se destina, o que muitas vezes gera graves dificuldades para que se mantenha em funcionamento todo o aparato judiciário*¹³.

Todas essas considerações são feitas para bem situar a posição do Poder Judiciário diante da questão orçamentária, para darmos prosseguimento trazendo a experiência de Mato Grosso do Sul na administração do tribunal ao longo deste biênio, desde já informando que embora pela lei orçamentária atual tenha sido garantido, ainda neste ano, o percentual de 8,1% do orçamento, esse valor nunca foi suficiente para fazer frente às reais necessidades do Poder, diante da parca e quase insignificante arrecadação men-

sal do Estado, que subsiste praticamente de um só pólo de contribuição, que é agropecuária, enquanto que em outros Estados-membros a arrecadação é infinitamente maior porque decorre de um outro pólo, o industrial, que gera muito mais riqueza, rendas e, conseqüentemente, tributos.

Para se ter uma idéia, a arrecadação média mensal bruta feita pelo Executivo gira em torno de R\$ 120.000.000,00. Descontados os valores previstos em lei, o Judiciário recebe algo em torno de R\$ 6.300.000,00, totalmente insuficiente para pagamento de todas as suas despesas, até mesmo porque apenas a folha de pagamento de pessoal é de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 mensais, pouco, nada ou quase nada sobra para a área de custeio e investimentos.

Foi assim que recebemos a administração do tribunal no biênio de 1999/2000, prestes, agora, a se encerrar.

Para os exercícios de 1999 e 2000, que correspondiam à nossa administração, ainda mantivemos o percentual de 8,1%, a título de repasse do duodécimo.

Mas nossa preocupação referia-se, como ainda se refere, ao Poder Judiciário como um todo e era necessário que ações fossem desenvolvidas para assegurar sua sobrevivência futura.

Depois da entrada em vigor da Lei Complementar n. 101/2000, e atendendo aos percentuais nela contidas, nosso duodécimo foi reduzido para 6% da arrecadação líquida mensal, sendo que outros 0,85% foram destinados ao custeio. Ou seja, doravante, o que o Judiciário passará a receber do Governo do Estado, a título de repasse do duodécimo, mal vai suportar o pagamento da folha de pessoal, englobando magistratura, serventuários da Justiça, aposentados e pensionistas, sem nenhuma expectativa quanto ao aumento de valores para cobrir os custos com o custeio da máquina administrativa e investimentos necessários para modernização do Poder.

Preocupados com esse grave problema e sabendo do andamento no Congresso do projeto de lei que veio a redundar na Lei de Responsabilidade Fiscal, em que já se fazia a previsão de que o repasse orçamentário para as despesas com o pessoal estaria limitado a 6% da receita corrente líquida, o que veio a se consolidar por meio dos art. 19 e 20 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Assim, contando com a colaboração irrestrita da assessoria administrativa a que antes já me referi, demos início à nossa gestão

começando por desenvolver ações e projetos que poderiam implicar aumento da receita corrente do Judiciário e, com ela, poder investir na modernização da estrutura do tribunal, em todo o Estado.

No Mato Grosso do Sul, em decorrência da Lei n. 1.071, de 11/07/90, foi criado o fundo especial para instalação, desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos juizados especiais cíveis e criminais e muito embora conste da Lei Estadual que regula os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, na realidade o Fundo – intitulado de FUNJECC – tem uma finalidade muito mais ampla, como se constata da simples leitura do dispositivo legal criador, consubstanciado no art. 102 da referida Lei Estadual n. 1.071, *verbis*:

Fica instituído o Fundo Especial para o Desenvolvimento e o aperfeiçoamento das atividades dos juizados especiais cíveis e criminais, destinado a centralizar recursos relacionados com a instalação, o funcionamento e o aperfeiçoamento de pessoal, das atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Escola Superior da Magistratura, inclusive para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com equipamentos e materiais permanentes de qualquer órgão do Poder Judiciário, com a construção, reconstrução, remodelação e reforma dos Edifícios dos fóruns das Comarcas do Estado, além de outros próprios destinados a atividades forenses, bem como despesas de capital e custeio, com exceção da folha de pagamento do pessoal e de seus encargos.

Por força de tal redação, o FUNJECC se constituiu em verdadeira fonte de custeio do Tribunal de Justiça, no âmbito do Estado.

O que vinha sendo arrecadado pelo FUNJECC era totalmente insuficiente para fazer frente às reais necessidades do Judiciário, e o valor ali aportado mal dava para fazer compra dos materiais de uso diário do expediente forense, como papel, canetas, borrachas etc., deixando em aberto os graves problemas enfrentados pelo Poder, como, por exemplo, a construção, reforma e remodelagem dos fóruns do Estado, a começar pelo da própria capital.

Nessa oportunidade, o valor auferido pelo FUNJECC era de aproximadamente R\$ 200.000,00 mensais, uma vez que constituíam recursos do fundo, originariamente, nos termos do art. 104:

I – a taxa judiciária incidente sobre o processamento das ações cíveis

O administrador, hoje, não pode se conformar em apenas aguardar os repasses orçamentários, diante das dificuldades inerentes ao sistema, já demonstradas. Deve procurar verdadeiramente administrar, deixando a sua condição de magistrado e postular pela melhoria de nossas condições, exigindo do Executivo o cumprimento da execução do orçamento, em sua integralidade.

ou penais de competência do Poder Judiciário;

II – as custas e emolumentos cobrados pela serventias judiciais e extrajudiciais oficializadas;

Parágrafo único. Integram também o Fundo:

a) o saldo advindo da alienação em hasta pública das coisas vagas, na forma dos arts. 1.170 a 1.176 do Código de Processo Civil;

b) recursos provenientes da alienação, na forma da lei, dos bens móveis próprios ou de bens sob guarda do depositário público, cujo produto de alienação reverta aos cofres do Estado;

c) recursos provenientes do leilão de veículos apreendidos, considerados sucata por inspeção judicial e quando não reclamados após noventa dias da sentença absolutória ou condenatória;

d) doações e legados;

e) auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, desde que destinados especificamente ao Fundo;

f) recursos provenientes de convênios firmados pelo Tribunal de Justiça com outras instituições e desde que

haja cláusula específica estabelecendo a aplicação desses recursos através do Fundo;

g) resultados de aplicações financeiras;

h) recursos apurados nas operações de veiculação das obras de jurisprudência do Tribunal de Justiça; e,

i) outras vendas eventuais.

O referido fundo foi criado com a finalidade de atender essencialmente às despesas de custeio com os Juizados Especiais.

Posteriormente – e isso já consta da redação atual – diante da necessidade de suprir a manutenção do Poder Judiciário, houve alteração na lei estendendo o benefício para investimento e custeio em todo o Poder, ressaltando-se, contudo, a folha de pagamento.

Do período de sua criação – 1990 – até o ano de 1998, sua arrecadação supria somente as despesas básicas de manutenção com água, luz, telefone e correios, exceto na época de inflação, onde o recurso era aplicado com alta rentabilidade, permitindo a reforma e construção de fóruns de algumas comarcas do interior.

Nunca nos conformamos, todavia, ao assumir a atual administração do tribunal, em fevereiro de 1999, com tão poucos recursos, o que nos causava transtorno administrativo, uma vez que o valor repassado a título de duodécimo mal dava para pagar a folha de pagamento.

Basta ver, nesse ponto, que em fevereiro de 1999, primeiro mês da atual gestão do tribunal, o valor repassado a título de duodécimo foi de R\$ 5.550.000,00, enquanto os gastos com o pagamento da folha foram de R\$ 5.300.000,00, pouco sobrando para as despesas de investimento e custeio. Nesse mesmo mês, o valor depositado no FUNJECC foi de R\$ 300.000,00.

Não era possível manter o Poder Judiciário funcionando, diante desse quadro, ainda mais com a “espada de Dâmocles” pendendo sobre o Judiciário, com a possibilidade de aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal que, afinal, culminou por ser aprovada.

Ainda que estivéssemos então, como ainda estamos, dentro do limite previsto em lei, a preocupação era a de dar condições de o Judiciário receber investimentos, absolutamente necessários para colocá-lo apto a receber a estrutura indispensável para ingressar no novo milênio, o que não seria possível se dependêssemos exclusivamente do governo do estado e dos valores constantes no orçamento.

Então, iniciamos os estudos para obter alternativa de recursos, mediante a obtenção de receitas que estariam voltadas para a modernização, tão necessária, do Poder Judiciário no Estado de Mato Grosso do Sul.

A primeira providência foi instituir a conta única de depósitos judiciais em todo o Estado, o que foi objeto de projeto elaborado pelo Tribunal de Justiça e aprovado pela Assembleia Legislativa, traduzida na Lei n. 2.011, de 08/10/99.

Essa lei estabeleceu que todos os depósitos judiciais feitos no Estado fossem promovidos em uma conta única à disposição do Poder Judiciário, bem como que para essa mesma conta fossem transferidos todos os depósitos então existentes.

A lei autorizou a aplicação, pelo Poder Judiciário, dos rendimentos financeiros a maior resultantes da diferença verificada entre os índices fixados por lei para remuneração de cada depósito efetuado e os estabelecidos para remuneração da conta única, obtendo, assim, o *spread*, que passou a se constituir recursos do FUNJECC.

Mas não foi só. Por meio da Lei n. 2.020, de 11/11/99, foi regulamentada a concessão de gratuidade nos registros civis e de nascimento e assentos de óbitos, bem como a emissão da primeira certidão respectiva, em cumprimento ao disposto no art. 30 da Lei n. 6.015, de 31/12/73, alterado pela Lei n. 9.812 de 10/10/99, bem assim como foi instituído o selo de autenticidade dos atos e serviços notariais e de registro.

Ao mesmo tempo em que o Tribunal de Justiça assumiu o encargo de pagar aos tabeliães pelos registros de nascimento e óbito, bem assim pela emissão da primeira certidão respectiva, tornou obrigatório que todo e qualquer ato notarial ou de registro praticado no Estado fosse autenticado com um selo, que foi adquirido pelo tribunal e vendido aos tabeliães e notários para ser apostado em cada ato praticado. Importante, aqui, que com o produto da venda constituiu-se em recurso do FUNJECC e com ele o Tribunal de Justiça paga os atos de registro que são gratuitos em todo o Estado. O valor do selo, outrossim, não foi repassado no preço final dos atos praticados pela serventia extrajudicial, de forma que o consumidor não foi onerado.

Posteriormente, por intermédio da Lei n. 2.049, de 16/11/99, passou a integrar o fundo uma outra receita, correspondente a 3% dos emolumentos cobrados pelas serventias extrajudiciais, a título de taxa pelo poder de

polícia, nos termos do art. 78 do CTN e por força da fiscalização que o Tribunal de Justiça exerce na delegação desses serviços à serventia extrajudicial.

Esse dispositivo foi questionado de inconstitucional no Supremo Tribunal Federal, havendo aquela colenda Corte Superior de Justiça negado a liminar, na ADIN n. 2.129, ali ajuizada pela ANOREG e que tem como relator o douto Ministro Nelson Jobim.

Com esses três expedientes se verificou um substancial aumento da receita do FUNJECC, que possibilitou, dentre outras atividades:

a) a implantação do plano de informatização do Poder Judiciário, que engloba reformas dos prédios com a instalação de rede completa de informática, aquisição de bens, maquinários e equipamentos, bem assim como a aquisição e instalação do sistema operacional e elaboração do programa, tanto em primeiro, quanto em segundo grau e, finalmente, o treinamento dos servidores;

b) a construção do prédio destinado ao gabinete dos desembargadores, que é maior que o atual, em Campo Grande, iniciado em meados de 1999 e com término de construção previsto para janeiro de 2001, realizado integralmente com recursos obtidos pelo próprio Tribunal de Justiça, por meio do fundo referido, cujo edifício possibilitará a melhor instalação da Secretaria do Tribunal de Justiça e dos 25 desembargadores, que terão acomodações compatíveis com as suas necessidades, além da redução de despesas mensais com aluguel.

c) a reforma de todos os prédios das comarcas de primeira e segunda entrâncias, no Estado;

d) a licitação, aquisição e pagamento de todo o mobiliário, tanto para o novo prédio do fórum de Campo Grande, que está sendo construído pelo Estado, quanto para o Tribunal de Justiça, equipando todos os gabinetes de juízes e desembargadores, com a mais moderna tecnologia em móveis adequados para evitar lesões pelo esforço repetitivo, totalmente equipado com o novo e funcional sistema de informática que também está sendo implantado com recursos exclusivos do FUNJECC;

e) a licitação e aquisição de computadores de última geração para o gabinete dos desembargadores e juízes de entrância especial;

f) a licitação e aquisição de modernos arquivos de processos, movidos por computador e que permitem a localização de qualquer processo em poucos segundos, facilitando sobre-

maneira a atividade dos serventuários da Justiça e propiciando maior comodidade às partes e aos advogados.

Essas novas alternativas de recursos provenientes da conta única de depósitos sob aviso à disposição da Justiça, do selo de autenticidade e de um percentual sobre os emolumentos auferidos pelas serventias extrajudiciais, deram margem a uma nova fisionomia, uma nova roupagem do FUNJECC, uma verdadeira liberdade e autonomia administrativa, tão almejada e que nos permite realizar investimentos dentro do Judiciário, conforme pode se observar abaixo:

– RECEITA MENSAL ANTES DA ATUAL ADMINISTRAÇÃO EM R\$

Receitas de 1996	220.000,00
Receitas de 1997	200.000,00
Receitas de 1998	310.000,00

– RECEITA MENSAL DEPOIS DA ATUAL ADMINISTRAÇÃO EM R\$

Receitas de 1999	500.000,00
Receitas de 2000	900.000,00
Previsão para 2001	1.000.000,00

O resultado desse trabalho nos permite, hoje, planejar as ações e investimentos do Poder Judiciário, com recursos próprios, independentemente de qualquer repasse que deva ainda ser feito pelo Executivo, com base na previsão orçamentária e do excesso de arrecadação, que fica vinculado na prática ao pagamento do pessoal, sedimentando as bases de nosso futuro, que transparece, felizmente, promissor.

Permite-nos, ainda, planejar e executar as obras, bens e serviços que se revelem indispensáveis à manutenção da estrutura e funcionamento do Poder Judiciário em Mato Grosso do Sul, às nossas exclusivas expensas, sem depender do Governo do Estado, no campo do custeio e investimentos.

Permite-nos planejar e executar o grande projeto que se deu início nesta administração, resgatando 10 anos de completa estagnação no setor, de total informatização do Poder Judiciário, em todas as comarcas, ligadas diretamente ao tribunal, em sistema moderno e revolucionário, que já está sendo executado desde o início desta gestão.

Permite-nos, também, treinar o pessoal, o que é indispensável para manutenção do sistema em funcionamento e de bom atendimento ao público em geral.

Permite-nos, finalmente, realizar concurso para ingresso na magistratura, suprimindo as vagas existentes, porque se do repasse do duodécimo fei-

to gasta-se com o pessoal, deixando que o custeio e o investimento sejam feitos com valores auferidos pelo FUNJECC, evidentemente teremos maiores condições de completar as vagas de magistrados e servidores existentes e prova disso é que neste biênio o tribunal realizou quatro concursos para juiz substituto, com ingresso de 36 novos magistrados, um do pessoal das comarcas e um da secretaria do tribunal.

Buscou-se assim, com essa forma de administrar, suprir as deficiências que o Poder Judiciário sofre com a subordinação que indubitavelmente existe em relação ao Poder Executivo, uma vez que, como antes já nos referimos, *é por demais sabido que uma das maiores pressões que pode sofrer qualquer órgão é a econômica. Ao elaborar-se uma constituição deve-se procurar resguardar os Poderes Legislativo e Judiciário de tal tipo de pressão; deve a Carta Magna dispor sobre a entrega de numerários àquelas Casas (DCN de 07/01/67, p. 99)* – excerto do voto do relator, Min. Octávio Galotti.

Todavia, é indispensável que o administrador esteja também preocupado com o futuro do Judiciário e não apenas com sua própria administração.

Assim, defendo a idéia de que não basta a implantação de todos esses sistemas que permitem um maior aporte de recursos e que dão margem à obtenção de uma maior autonomia e independência real e efetiva do Judiciário, se as ações e planejamentos da atualidade não tiverem seqüência na administração seguinte, que muitas vezes imprime uma outra diretriz, abandonando a anterior, e adotando rumo totalmente oposto, perdendo tudo o que já foi feito ou conquistado, gerando solução de continuidade na atividade administrativa e com prejuízo de toda a população em geral, beneficiária dos serviços jurisdicionais.

Por isso que defendo a necessidade de o Judiciário adotar um plano plurianual, aprovado pelo Tribunal Pleno ou pelo Órgão Especial, que se torne vinculativo da atual e da futura administração, por pelo menos quatro anos, o que permitiria um efetivo acompanhamento da evolução da atividade administrativo-financeira e orçamentária do Tribunal, cuidando para que nossa autonomia administrativa e financeira, a que antes já nos referimos, seja uma realidade, evitando, com isso, os acontecimentos lembrados por Dalmo de Abreu Dallari, já citados, a respeito dos quais se pode reforçar com o argumento de o Poder Judiciário, no Brasil, é tratado pelo Executivo como um “Po-

der” de segunda classe, além de para com ele existir um desrespeito flagrante, o que acentua nossas dificuldades em administrar.

O administrador, hoje, não pode se conformar em apenas aguardar os repasses orçamentários, diante das dificuldades inerentes ao sistema, já demonstradas. Deve procurar verdadeiramente administrar, deixando a sua condição de magistrado e postular pela melhoria de nossas condições, exigindo do Executivo o cumprimento da execução do orçamento, em sua integralidade.

Nesse passo, penso que o Poder Judiciário deve exercer a parcela do poder que detém, não aceitando a ingerência do Executivo, representada pelo atraso do repasse do duodécimo e em valor que não seja correspondente ao valor do orçamento e de sua suplementação, até mesmo porque, como bem lembrado por Ives Gandra Martins¹⁴, *acontece sempre que todos os homens, quando têm poder, se inclinam a seu abuso, até encontrar limites.*

Deve ir, outrossim, além, buscando alternativas para aumentar os recursos do tribunal que possam dar margem ao incremento dos investimentos e suportar o custeio da máquina administrativa.

Objetiva-se construir um novo Judiciário, afinado com o nosso tempo, apto a enfrentar as tormentosas questões de um futuro incerto, mas procurando transmitir ao cidadão a certeza de que é o Poder que efetivamente se constitui em guardião zeloso da legalidade e assegurado da liberdade e da igualdade, para isso colocando toda sua estrutura e aparelhamento, que devem ser modernos e sintonizados com a modernidade, a serviço do Direito, do povo e da distribuição segura, serena e perene da justiça.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Federal de 1969*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1986. p. 321.
- 2 MIRANDA, Pontes de. *Comentários à Constituição Federal de 1967, com a EC n. 1, de 1969*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987. v. 3, p. 193.
- 3 BALEEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 1970. p. 80.
- 4 CRETELLA JÚNIOR, José. *Comentários à Constituição brasileira de 1988*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. v. 7, p. 3830-3831.

- 5 MARTINS, Ives Gandra. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1991. v. 6. p. 384-385.
- 6 MEIRELES, Hely Lopes. *Finanças Municipais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1979. p. 183.
- 7 CRETELLA JÚNIOR, op. cit., p. 3829.
- 8 Idem.
- 9 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Voto do Ministro Celso de Mello em julgamento de mandado de segurança. São Paulo: Lex, v. 169, p. 133-142.
- 10 SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 1992. p. 625.
- 11 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Comentários à Constituição Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 328-329.
- 12 CRETELLA JÚNIOR, op. cit., p. 3831.
- 13 DALLARI, Dalmo de Abreu. *O Poder dos Juizes*. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 140-141.
- 14 MARTINS, op. cit., p. 384.

ABSTRACT

This paper argues that based upon Brazilian Constitution, the principle related to budgetary balancing is no longer valid in a country with great inequalities like ours. It is impossible for budgetary predictions to correspond to the Power's real needs in the course of the year.

It looks at the Mato Grosso Court of Justice administration's experience in which a Special Fund was set up for the Implementation, Development and Improvement of Activities by the Special Small Claims and Criminal Courts. It indicates the positive aspects of this experience for the State.

It draws attention to the fact that setting up systems to allow for greater use of resources does not suffice if there is no follow up in a successive administration. Thus, it argues for the need for the Judiciary Power to adopt a pluri-annual budgetary plan linked both to the present and future Administration over at least a four-year period.

KEYWORDS – Brazilian Constitution; budget; administration; Judiciary Power; administrative autonomy.

Rêmolo Letteriello é desembargador presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul.